

O auditório compósito no discurso de Getúlio Vargas ao magistério do Colégio D. Pedro II

The composite auditorium in Getúlio Vargas' speech to the teaching staff of Colégio D. Pedro II

El auditorio compuesto en el discurso de Getúlio Vargas al profesorado del Colégio D. Pedro II

RESUMO

A abordagem sociodiscursiva da argumentação concebe o auditório enquanto construção do orador, integrando seu projeto persuasivo e constituindo sua identidade discursiva. Este artigo analisa a audiência do pronunciamento de Getúlio Vargas endereçado ao magistério do Colégio D. Pedro II, em 1937. A análise focaliza os índices de alocação da construção do auditório, buscando descrevê-lo enquanto compósito. Os resultados mostram como essa construção do auditório de Vargas resulta numa estratégia argumentativa de articulação entre o discurso de reforço aos apoiadores, de polêmica aos adversários e de persuasão aos espectadores indecisos.

Palavras-chave: Argumentação retórica; auditório; discurso político; Getúlio Vargas.



Papers on Language and Society

Ibiraci de Alencar Chagas

ibiraci.chagas@enova.educacao.ba.gov.br

<https://orcid.org/0000-0002-1693-2465>

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil

ABSTRACT

The sociodiscursive approach to argumentation conceives the audience as the speaker's construction, integrating their persuasive project and constituting their discursive identity. This article analyzes the audience of Getúlio Vargas's speech addressed to the teaching staff of Colégio D. Pedro II in 1937. The analysis focuses on the indices of allocution within the construction of the audience, aiming to describe it as a composite. The results demonstrate how Vargas's construction of the audience results in an argumentative strategy of articulation between reinforcing the discourse to supporters, engaging in controversy with opponents, and persuading undecided spectators.

Keywords: rhetorical argumentation; audience; political speech; Getulio Vargas.

RESUMEN

El enfoque sociodiscursivo de la argumentación concibe al auditorio como una construcción del orador, integrando su proyecto persuasivo y constituyendo su identidad discursiva. Este artículo analiza la audiencia del discurso de Getúlio Vargas dirigido al profesorado del Colegio D. Pedro II en 1937. El análisis se centra en los índices de locución de la construcción del auditorio, buscando describirlo como un compuesto. Los resultados muestran cómo esta construcción del auditorio de Vargas resulta en una estrategia argumentativa de articulación entre el discurso de refuerzo a los partidarios, la controversia hacia los adversarios y la persuasión a los espectadores indecisos.

Palabras clave: argumentación retórica; auditorio; discurso político; Getulio Vargas.

Como citar:

CHAGAS, Ibiraci de Alencar. O auditório compósito no discurso de Getúlio Vargas ao magistério do Colégio D. Pedro II. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 160-177, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

Desde as primeiras teorizações sobre a retórica, ocorridas na Antiguidade helênica, que se afirma a importância capital dos polos formais de emissão e recepção do discurso persuasivo – o orador e o seu auditório. Nesse âmbito, tais polos são ontologicamente posicionados numa perspectiva realista: orador e auditório existem como realidades objetivas em si mesmas e como tais são consideradas ao longo dos esforços por adesão que o primeiro busca exercer sobre o segundo. Ora, é na exata direção oposta que se movem os estudos sobre o discurso quando se dedicam a entender o mesmo objeto. Pode-se perceber uma tendência comum a vários ramos classificados como vertentes de análise do discurso de operarem dentro do que ficou conhecido na psicologia moderna como *construcionismo social* (Burr, 2003): uma percepção de que aquilo que normalmente é caracterizado como realidade objetiva, acha-se fortemente envolvido por processos sociais e culturais que atribuem sentidos e concepções particulares, conformando uma espécie de filtro por intermédio do qual se apreende o real. Assim, não haveria uma *essência* definitiva e atemporal, apreensível na linguagem, que caracterizasse orador e auditório mas, apenas, representações socialmente ancoradas e dependentes. São tais representações que se manifestam efetivamente no discurso.

Uma vez banido o realismo simplista que tradicionalmente se associa à retórica, pode-se notar que o auditório se desloca para o plano da fala e passa a se dar a conhecer, somente, enquanto discursivamente formulado. Inclusive, o grande responsável pela revivescência contemporânea da retórica, Chaïm Perelman (2005 [1958]), já apresenta indícios de se encaminhar nessa direção, quando afirma que o auditório é *uma construção do orador*. Para o filósofo polonês, o autor do discurso tem, obviamente, uma audiência empírica diante de si (representada, por vezes, até mesmo, apenas, por si próprio). Todavia, o encaminhamento experimentado pelo discurso obedece a uma representação delineada pelo orador. A análise argumentativa do discurso, proposta por Ruth Amossy (2020 [2000]), dá um passo além nessa perspectiva, situando o auditório enquanto categoria discursivamente objetivada na materialidade languageira.

O presente artigo se concentra na tentativa de apreender o auditório na esfera de estruturação da fala Orientação nacional do ensino, proferido por Getúlio Vargas no dia 2 de dezembro de 1937, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em virtude da cerimônia comemorativa do primeiro centenário da fundação do Colégio Pedro II. Esse pronunciamento acumula relevância, uma vez que fora proferido menos de um mês depois do golpe que instituiu o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, constituindo-se na segunda fala pública registrada de Vargas após o estabelecimento do novo regime. É, também, um texto que integra o quinto volume da obra *A Nova Política do Brasil* (publicada entre 1938 e 1947), tratando-se essa de uma compilação de pronunciamentos de Vargas, proferidos entre 1930 e 1945 e que se constitui em documento de enorme importância nas circunstâncias de implantação e legitimação do Estado Novo.

1. O CONTEXTO DE ENUNCIAÇÃO DO DISCURSO

Poucas instituições são tão prestigiosas e emblemáticas, no que concerne aos caminhos percorridos para a promoção de um projeto de educação básica de excelência no Brasil, quanto o Colégio Pedro II. A princípio funcionando como *Abrigo dos órfãos de São Pedro* (1733), passou a se chamar *Seminário de São Joaquim* em 1758, e era instituição caritativa cujo currículo mesclava instrução elementar e o aprendizado de ofícios manuais. A instituição se converteu no *Colégio Pedro Segundo* por intermédio de um ato do governo regencial, em 2 de dezembro de 1837, promovido pelo ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, e ganhando um novo regulamento e uma nova organização curricular. Desde a sua criação, era ambiente masculino e elitista, moldado por valores de uma visão de mundo tradicional portuguesa fortemente aristocrática. Seu sistema de ensino se baseava num modelo pedagógico tripartite: a base era *humanística*, contando com disciplinas como latim, grego, poética, retórica e filosofia; mesclando-a a disciplinas *modernas*, como física, química e matemática; além das matérias *formadoras da nacionalidade*: geografia, história e língua nacionais (Rodrigues, 2010).

O contexto no qual se deu a criação do Colégio Pedro Segundo e, em verdade, de todo o desenvolvimento da educação no Brasil, está diretamente ligado à instituição do padroado régio português. Por tal instituição, deve-se entender um conjunto de privilégios concedidos pelo papado, através de sucessivas e gradativas bulas pontifícias, como resultado de uma longa negociação entre a Santa Sé e a Coroa portuguesa. Por meio dessas bulas – que assumiram valor jurídico no período da expansão ultramarina –, a Santa Sé delegava ao monarca a responsabilidade pela administração e organização da Igreja Católica em seus domínios já conquistados e por ainda a conquistar. Em paralelo, o rei padroeiro, beneficiando-se da arrecadação dos dízimos eclesiásticos, deveria construir e prover as igrejas com tudo que fosse necessário para o trabalho clerical, nomeando os párocos e indicando, inclusive, aqueles que deveriam dirigir os bispados, sendo esses, mais tarde, formalmente confirmados pelo Papa. Desse modo, as ações da Igreja romana e do Estado monárquico português eram indissociáveis, funcionando, ambas as instâncias, numa única ação conjunta nas esferas política, jurídica, religiosa e educacional junto à sociedade de então. Tal situação perdurará, no Brasil, até a queda do Império, em 15 de novembro de 1889. É, portanto, nessa conjuntura institucional que se deve entender os primeiros séculos da história da educação no Brasil, bem como a gênese do Colégio Pedro Segundo e a sua atuação ao longo das décadas seguintes.

Como afirmado anteriormente, o pronunciamento ora em estudo foi proferido no dia 2 de dezembro de 1937, apenas cerca de três semanas após o golpe de Estado que cancelou a eleição presidencial prevista para o dia 3 de janeiro do ano seguinte e impôs o governo varguista à frente do Estado brasileiro até outubro de 1945. Excluindo-se a fala que informara à nação, por intermédio dos serviços radiofônicos da época, sobre o estabelecimento do regime de exceção – ao mesmo

tempo em que fechava o Congresso nacional e outorgava ao país uma nova constituição –, *Orientação nacional do ensino* foi a segunda fala pública registrada de Getúlio Vargas após a *Proclamação ao povo brasileiro*, proferida na noite de 10 de novembro de 1937.

Esse cenário político se achava por deveras tumultuado, uma vez que o governo de Vargas se via acossado por diferentes facções políticas que ambicionavam o domínio sobre o executivo nacional – esquerdistas, de orientação anarquista ou comunista; liberais; e, ainda, partidários da extrema-direita, representados pelos integralistas. Dadas as circunstâncias de supressão dos direitos civis, dos processos eleitorais previstos para o ano seguinte, da atuação dos órgãos máximos do legislativo federal – enfim, de toda a fisiologia corriqueira de um Estado democrático de direito –, afigura-se a importância do pronunciamento de Vargas no contexto de implantação autoritária do novo regime político, particularmente num quadro temático no qual história, educação e política se irmanam na tentativa de moldar um enredo nacional de unidade, ordem e progresso social capitaneado pela hipertrofia e onipresença do Estado.

2. O AUDITÓRIO INSCRITO NO DISCURSO: AS MARCAS DE ALOCUÇÃO.

Ruth Amossy (2020 [2000]), em sua obra paradigmática sobre a argumentação no discurso, propõe uma síntese teórico-metodológica entre variadas vertentes dos estudos sobre a linguagem a fim de elaborar um instrumental efetivo para o mapeamento do auditório no discurso. Nessa tarefa, a identificação das instâncias concretas, configuradas pelas marcas linguísticas ou índices de alocução, desempenha uma função capital. Perelman e Olbrechts-Tyteca, (2005 [1958], p. 23), em suas considerações sobre a função retórica do auditório, enfatiza a dimensão comunicacional fundamentada na *doxa*¹. Todavia, inexiste a preocupação, por parte do filósofo polonês, de identificar a maneira pela qual a imagem que o orador faz de sua audiência se traduz efetivamente em sua fala (Amossy, 2020 [2000], p. 56). É apenas com a identificação precisa dessas marcas lingüísticas – dos traços materiais, ao nível linguístico, que indicam a presença do receptor –, que se pode apreender, efetivamente, o auditório no discurso. Da mesma forma, é somente com o trabalho efetivo de análise acerca de tais marcas que a retórica pode, em verdade, encontrar a linguística do discurso e, dessa maneira, ambas se complementarem mutuamente:

adaptar-se ao auditório é, antes de mais nada, levar em conta sua *doxa*. Prolongando as perspectivas aristotélicas sobre a importância dos lugares comuns, Perelman convida o analista a pôr em evidência o alicerce dóxico de todo discurso argumentativo (Amossy, 2020, p. 54-55).

¹ A palavra grega *doxa* é comumente traduzida como *opinião* ou *crença*. Derivada do verbo *dokein* (δοκεῖν), que significa *pensar* ou *pensar*, *doxa* originalmente se referia às crenças comuns compartilhadas num contexto social ou às aparências aceitas acerca de algo pela maioria dos indivíduos, sendo frequentemente contrastada com *episteme* (ἐπιστήμη), que denota um conhecimento *científico*.

Desse modo, analisamos os seguintes índices de alocução: designações nominais explícitas; descrições do auditório; pronomes pessoais; e evidências compartilhadas, considerando que, “mesmo que não seja objeto de designação explícita, o auditório é designado silenciosamente pelas crenças, opiniões, valores que o discurso lhe atribui explícita ou implicitamente (Amossy, 2020, p. 62).

2.1 Designações nominais explícitas

A primeira categoria dessas marcas na linguagem é formada pelas *denominações nominais explícitas*: nomes próprios ou vocativos que acusam, diretamente, a presença da audiência no texto. Tais denominações podem ser simples – compostas a partir de pronomes de tratamento (“senhores”, “vossas excelências”) ou de substantivos classificatórios (“brasileiros”, “companheiros”, “trabalhadores”) – ou apresentarem algum tipo de qualificativo que conforma uma imagem direcionada do auditório (“povo patriota”, “mulheres guerreiras e empoderadas”).

No pronunciamento *Orientação nacional do ensino*, no que concerne às denominações nominais explícitas, existe a presença do vocativo *senhores*, pronomé de tratamento formal ou cerimonioso e índice de identificação de gênero, usado, apenas, no início do discurso, com vistas a mobilizar e direcionar a atenção, e no penúltimo parágrafo, antes daquele final e conclamatório. Em ambas as circunstâncias, não obstante o caráter cerimonioso do vocativo – em consonância com a própria formalidade da celebração –, visa esse a criar um sentido de direcionamento de atenção, assim como a realçar e consolidar os laços entre orador e audiência.

2.2 Descrições do auditório

A segunda categoria apresentada pela autora é a de *descrições do auditório*. Aqui, dá-se um passo além em relação às identificações mais objetivas da audiência, chegando-se a compor retratos ilustrativos mais ou menos prolongados e minuciosos.

Quanto a essas, temos a expressão “falando aos mestres (...) falo aos responsáveis pela saúde espiritual da nossa mocidade.” (Vargas, 1938, p. 106). A escolha pelo substantivo *mestres*, tanto sugere a função pedagógica dos mesmos, quanto o grau de excelência no domínio de uma arte ou ciência. Atribui, explicitamente, aos lentes, o peso da responsabilidade pela formação anímica – moral, psicológica, ética – dos jovens. Uma vez que responsáveis, numa clara conotação jurídica, deduz-se que os mestres possuem os meios para obter o sucesso nessa empresa e, em caso de fracasso, devem ser, naturalmente, culpabilizados. Ao se incumbirem da formação dos jovens, obrigatoriamente se tornam os responsáveis, em última instância, pelos rumos da nação.

Também a expressão “o magistério brasileiro, na sua mais alta expressão (...)” (Vargas, 1938, p. 106) se encaixa na mesma categoria de identificação do auditório. A presença da expressão, que unifica todos os profissionais pertencentes a uma categoria de trabalho, sugere a

intenção de homogeneizar o auditório, dotando-lhe de uma natureza pátria – o tropo metonímico subjacente denota a subsunção e unificação dos indivíduos no exercício da função em que atuam. Deve-se notar que, ainda no século XVIII e no início do século XIX, o termo *magistério* não estava associado à classe dos professores, mas apenas à instrução e ao título acadêmico de “mestre” (Bluteau, 1713; Pinto, 1832). O emprego do superlativo relativo de superioridade aponta para a iniciativa de hierarquizar a categoria, conferindo ao auditório uma condição destacada de superioridade absoluta e excelência perante quaisquer outros que desempenhassem a mesma função.

Por fim, temos a expressão: “o dilema teórico, tão debatido pelos doutos — cultura de extensão, alfabetização rápida das massas ou alta preparação de elites, destinadas às tarefas de direção — não abarcava a realidade das nossas circunstâncias.” (Vargas, 1938, p. 105). O emprego do substantivo masculino plural *doutos* remete à audiência, pois Vargas se dedica, longamente, a responder a tal dilema em seu discurso, mostrando, inclusive, como a superação desse se constitui no próprio ponto de partida da política educacional do seu governo: “a obra educativa e cultural encetada pela administração é mais ampla e abrange o problema em todos os seus aspectos.” (Vargas, 1938, p. 105). O substantivo *douto* denota ilustração e sapiência, demarcando o auditório a partir de uma caracterização elitista, enfatizando-se a erudição e a envergadura intelectual que o identifica.

2.3 Pronomes pessoais

A seguir, tem-se os *pronomes pessoais*. Em tal categoria, incluem-se os pronomes pessoais da segunda pessoa do singular e do plural, bem como os possessivos correspondentes, ou, até mesmo, a terceira pessoa empregada como substituto e recurso de interpelação indireta da audiência (“o que os trabalhadores do Brasil, reunidos aqui nesta noite, sonham para o amanhã?”). O uso dos pronomes pode ter uma função importante no delineamento de um auditório heterogêneo, quando o “vocês” pode se referir a diferentes sujeitos no discurso, delimitando o espaço de cada um dos segmentos constituintes da audiência, qualificando-os no contexto temático abordado e direcionando-os como parte de um projeto maior de resolução de uma problemática (“você, jovem que quer pagar um curso numa faculdade; você, mulher trabalhadora que se preocupa com a ameaça do desemprego; você, pai de família que pensa na subida dos preços e em como vai colocar comida na mesa de sua família todos os dias; nós assumimos o compromisso com cada um de vocês de que nosso governo vai cuidar da situação financeira de cada cidadão como a prioridade básica.”).

Na categoria de pronomes pessoais referenciados ao auditório, encontramos o termo *vós*, pronome pessoal não nomeado, identificável em dois momentos: por meio da flexão verbal do verbo *querer*, na segunda pessoa do plural do pretérito perfeito do modo indicativo, e do seu correlato

oblíquo átono *vos*, conectado ao verbo *associar*. Está presente no mesmo parágrafo no qual o orador faz uso, pela segunda vez, do pronome *senhores*. Seu emprego direciona a atenção e, por conseguinte, reforça o vínculo entre orador e auditório. Ambos os pronomes, usados imediatamente antes do parágrafo conclamatório e conclusivo, sugerem a necessidade de garantir os vínculos e a atenção prévios, com vistas a mobilizar a audiência em prol de sua missão de “apostolado cívico”.

Vos – pronome oblíquo átono, funcionando como objeto direto do verbo *concitar*, flexionado na primeira pessoa do singular do presente do modo indicativo, aparece no último parágrafo do pronunciamento, logo após o orador ter apontado as valências da ação educacional e formadora dos professores. O verbo *concitar* significa, no contexto, *comover* e, principalmente, *instigar*. Usado em associação com a primeira pessoa do singular, sugere um apelo pessoal do orador que se identifica e corporifica como indivíduo, em separado de um conjunto idealizado e abstrato, que seria sugerido pelo uso do pronome na primeira pessoa do plural, subentendido à flexão do verbo. Reforça, por intermédio do ato de se dirigir diretamente aos ouvintes através do pronome pessoal, a direção da atenção e, por conseguinte, novamente, o vínculo entre orador e auditório. O jogo do verbo na primeira pessoa do singular e seu objeto, exatamente no parágrafo conclamatório e conclusivo, sugere uma determinação oriunda do orador e dirigida à categoria daqueles responsáveis pela educação.

Encontramos, também, na fala de Vargas, o emprego recorrente de pronomes pessoais referenciados ao próprio orador, na primeira pessoa do plural, que se prestam à criação de um efeito de unidade, em que as fronteiras entre aquele que discursa e os seus ouvintes se dissipa ao nível das significações. Assim, temos *nós*, pronome pessoal não nomeado, identificável por meio da flexão verbal dos verbos *chegar*, *comemorar*, *viver*, *sofrer*, *ter*, *precisar*, *poder*, na primeira pessoa do plural dos tempos futuro e presente, dos modos indicativo e subjuntivo, presentes nos parágrafos segundo, terceiro, quarto, sétimo, nono, décimo, décimo primeiro e décimo nono do texto, conforme analisaremos mais adiante, no tópico de número três deste estudo, dedicado à problemática do *outro* do discurso. E *nosso (a,os,as)*, pronome possessivo nos gêneros masculino e feminino, no singular e no plural, na primeira pessoa do plural, presente no quarto parágrafo, qualificando as expressões: *esforço pelo aperfeiçoamento e elevação do nível cultural do país; primeiros educadores; instituições; condições sociais; circunstâncias; alta cultura*.

2.4 Evidências compartilhadas

A quarta e última categoria é a das *evidências compartilhadas*, ou seja, as crenças, os juízos de valor e os pontos de vista que um discurso pode referir ao auditório de modo explícito ou implícito. Essa categoria permite apreender o cenário imagético que conforma e qualifica o auditório, enraizando-o nas fronteiras socioinstitucionais nas quais o discurso é enunciado de forma direta

(“construtores do futuro do Brasil”, referindo-se a uma audiência juvenil) ou indireta (“supondo que o prêmio desejado seja obtido graças aos esforços de todos vocês...”).

No âmbito das evidências compartilhadas, têm-se algumas que ocorrem de modo explícito: referindo-se aos mestres, eis que são concebidos como proferidores da palavra que “transmite [...] conhecimentos e noções do mundo exterior.” (Vargas, 1938, p. 106); que “atúa [...] pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano.” (Vargas, 1938, p. 106); que “desperta nas almas jovens o impulso heróico e a chama dos entusiasmos criadores.” (Vargas, 1938, p. 107). Outras tantas, porém, acomodam-se à categoria das evidências implícitas:

vivemos, todos o sentem, uma hora conturbada, de verdadeira subversão de valores. [...] Temos, por isso, o dever de prevenir maiores e mais profundos males, cuidando de organizar e disciplinar as nossas energias espirituais e materiais. Precisamos reagir em tempo, contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas, pelas mais variadas formas, nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação; precisamos, com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar, no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica. (Vargas, 1938, p. 104-105).

O orador supõe, a caracterizar o auditório, a crença na existência de princípios morais soberanos – condições ideais, pressupostas como *sine qua non* para um estado social desejado – a regularem a vida coletiva dos indivíduos, e cuja ausência se faria presente, na sensibilidade do mesmo auditório, sob a forma de perturbação e desordem. Inclusive, atribui a percepção de uma correlação necessária entre uma noção de moral – tornada geral, única e absoluta – e o compromisso sociopolítico em prol de políticas educacionais, conforme sugerido por Vargas como fármaco para as enfermidades axiológicas apontadas.

A inequívoca referência à educação como elemento salutar na terapêutica dos males morais supõe que a instituição escolar e não a familiar – instituição primordial na vida infantil – é o fator decisivo na formação espiritual dos jovens. Igualmente, supõe a existência de linhas de pensamento e correntes de ideias que possam ser perniciosas à sociedade: sustenta-se a repulsa ao contato livre e desinteressado com todos os tipos de ideias e apenas por si mesmas, uma vez que se reforça a noção de que desenvolvimento intelectual e uma certa concepção específica de moral – centrada no lema positivista de ordem e progresso – devem estar, necessariamente, atrelados.

O próprio conceito de *moral*, que costura toda a sequência de proposições presente nesse trecho, fundamenta-se num entendimento específico da noção de princípios reguladores da vida coletiva, declaradamente tributário dos ideais de construção de uma ordem social utilitária quanto ao progresso socioeconômico, adversa à liberdade de pensamento e de expressão e, ademais, julgada como ideal pela audiência. A sintonia com a ação cerceadora do Estado – antevista no outorgamento de políticas públicas educacionais rígidas, numa diretriz específica, e refratárias a

quaisquer tendências outras de pensamento que não aquelas atreladas à linha de princípios pressupostos – está, igualmente, implícita na caracterização feita do auditório.

2.5 Considerações parciais

O exame das marcas de alocução produziu dados que permitem não somente vislumbrar a construção discursiva do auditório, mas, do mesmo modo, refletir acerca de sua relação com o orador.

No que respeita à imagem do orador – ao longo desse movimento contínuo, ambivalente e recíproco de presentificação no discurso das categorias correlatas de orador e auditório –, nota-se a presença do pronome pessoal *eu*, de forma não nomeada, identificável por meio da flexão verbal do verbo *ter*, na primeira pessoa do singular, do tempo presente, do modo indicativo, situado no parágrafo primeiro. Também como pronome pessoal não nomeado, identificável por meio da flexão verbal do verbo *falar*, na primeira pessoa do singular, do tempo presente, do modo indicativo, presente no parágrafo final. E, por fim, como pronome pessoal não nomeado, identificável por meio da flexão verbal do verbo *concitar*, na primeira pessoa do singular, do tempo presente, do modo indicativo, presente no parágrafo final e já anteriormente apontado. Tem-se, ainda, o *me*, pronome oblíquo átono, funcionando como objeto direto do verbo *prestar*, flexionado na forma nominal do gerúndio, presente no penúltimo parágrafo. E, também, *meu*, pronome possessivo no gênero masculino, na primeira pessoa do singular, presente no vigésimo parágrafo (penúltimo), flexionado no plural, qualificando o substantivo agradecimentos.

Nota-se que o orador inicia a sua fala assumindo a categoria de primeira pessoa do singular, em clara relação com o pronome de tratamento *senhores*. A exata mesma correlação volta a acontecer, apenas, no penúltimo parágrafo. Ao longo de toda a primeira parte (que aborda o papel formador da educação) e da segunda (que denuncia os males socioeconômicos e as perturbações do entendimento), o orador usa a segunda pessoa do plural. Quando se concentra nas realizações do governo, passa a se referir a si mesmo de modo impessoal/institucional (*Governo, Estado, atividade governamental, administração, novo regime*), fato assinalado, inclusive, pelas expressões verbais sugestivas de impessoalidade (*cuidou-se de; houve sempre o propósito deliberado de; o problema educacional recebeu diretrizes definidas*). O penúltimo parágrafo, desse modo, relembra e reforça o vínculo entre orador (personificado pelos pronomes de primeira pessoa do singular) e auditório para que, no parágrafo final, seja possibilitado o engajamento desse último em torno do projeto exposto pelo orador. Passa-se, assim, da relação interpelativa da primeira pessoa do singular com o vocativo *senhores*, para a comunhão entre orador e auditório (operada pela primeira pessoa do plural), e para a despersonalização do orador (produzida pelas expressões que denotam impessoalidade), até reafirmar-se, ao final, novamente, a relação interpelativa inicial. Tal relação interpelativa concentra e focaliza a atenção; a comunhão entre orador e auditório consubstancia a

identificação entre governo e governados e legitima a ação comum que decorre dessa conjunção; a impessoalidade conota a naturalização, a objetivação das operações governamentais, agindo para além dos interesses egoicos do governante.

O jogo sutil entre pessoalização – ao início e ao final da fala –, coletivização social – na primeira e na segunda partes – e impessoalização – na terceira parte – pontua a estratégia do orador de se expor e de se ocultar no discurso e ao longo desse, de modo a mobilizar a atenção ora para si, como sujeito individualizado; ora para a sociedade, como sujeito coletivo e uno; ora para o Estado, como entidade abstrata, muito embora operante soberanamente. Os vínculos entre orador e auditório são tecidos em torno da pessoa de Getúlio Vargas, da sociedade brasileira como um todo – na qual o orador, obviamente, inclui-se – e da instância simbólica maior do governo estatal. Ao assumir tal estratégia, Vargas cria diferentes efeitos de sentido, amarrando os laços entre orador, sociedade e Estado e posicionando o auditório, ao mesmo tempo, como interlocutor direto, agente copartícipe dos processos políticos e educacionais, e instância submetida à ingerência estatal.

3. O LUGAR DO OUTRO NA CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO HOMOGÊNEO DE VARGAS

Ainda se fundamentando nas considerações propostas por Chaïm Perelman, Ruth Amossy – após definir e exemplificar as marcas na linguagem que indiciam a presença do auditório –, passa a discutir as possibilidades constitutivas desse, ou seja, a “oposição entre os auditórios que, pelo menos na aparência, aparecem como homogêneos e os que aparecem como compósitos ou heterogêneos” (Amossy, 2020 [2000], p. 63). Ao propor uma tipologia das audiências com base na convergência ou divergência de seus valores, pontos de vista ou, até mesmo, objetivos, a estudiosa coloca em perspectiva a posição do orador e as possíveis abordagens retóricas que deverão ser mobilizadas em função da empresa de persuasão, afinal “o caráter unificado ou não do público ao qual o locutor se dirige modela o discurso argumentativo e determina sua complexidade.” (Amossy, 2020 [2000], p. 63).

A divisão fundamental presente na tipologia proposta por Amossy é aquela entre o auditório homogêneo e o auditório compósito. Para essa autora, a homogeneidade, muito embora sempre relativa e provisória, “deriva do fato de que o orador, para construir seu auditório, pode apostar sobre um denominador comum.” (Amossy, 2020 [2000], p. 63). Tal ação lhe possibilita, ao formular o discurso, basear-se em referenciais dóxicos comuns que sustentam, de modo coeso, a visão de mundo da audiência.

Nessa primeira categoria, subdividem-se as possibilidades de classificação entre aquela audiência que se encontra em consonância com as teses sustentadas pelo orador e uma outra, cujos pontos de vista se acham em antagonismo perante aqueles defendidos no discurso. Em se tratando de uma audiência em sintonia com as teses do orador, “é pelo pronome ‘nós’ que ele marca a relação de pertencimento na qual se inclui” (Amossy, 2020 [2000], p. 64), pertencimento esse,

lembremo-nos, sempre estabelecido pela concordância de convicções e princípios. Mas, não apenas o pronome da primeira pessoa do plural configura o acordo entre orador e auditório. O uso do pronome *vocês* pode, igualmente, ser referenciado a esse auditório harmônico com o orador, funcionando de modo paralelo ao *nós*. Nesse caso, ao assim interpelar a sua audiência, o orador funciona muito mais como a voz que a leva a uma autoconsciência mais aguda acerca de sua própria condição, instando-a à ação. Independentemente da forma pela qual o auditório venha a ser referido, ambas as modalidades sinalizam a concórdia entre as instâncias de formulação e de recepção do discurso. Inclusive, na sedimentação desse vínculo, a nomeação de um adversário referenciado, de modo explícito ou velado, pelo pronome *e/les*, delimita o *outro* necessário para realçar essa conexão.

A segunda possibilidade apontada por Amossy se refere ao auditório homogêneo que não comunga dos mesmos pontos de vista sustentados pelo orador. Nesse caso, a “interação argumentativa, se for possível, deve, então, se fundamentar em premissas comuns aos dois interactantes, para além de suas divergências marcadas.” (Amossy, 2020 [2000], p. 68). Assim sendo, o pronome *vocês* possui um estatuto discursivo completamente diferente daquele que esse termo desempenha na situação anteriormente abordada. A divergência de convicções e perspectivas institui uma ambiência hostil, em tudo oposta à amistosidade que tende a caracterizar a relação entre o orador e um auditório que lhe é favorável. Aqui, cabe ao orador, muitas vezes, apresentar-se como uma minoria divergente que se posiciona diante de uma opinião largamente aceita, compartilhada por amplas parcelas da sociedade. Nesse caso, é “apoiando-se em premissas mais amplamente aceitas por seu auditório presumido que ele tenta construir um discurso suscetível de ser entendido por seus adversários.” (Amossy, 2020 [2000], p. 69).

A problemática da relação entre orador e auditório assume uma condição consideravelmente distinta quando a audiência é constituída por grupos demarcados que sustentam pontos de vista diferentes, até mesmo antagônicos entre si. Nesse caso, e ao contrário das situações abordadas anteriormente, o auditório compósito assume um aspecto, por vezes, maniqueísta – quando existe uma questão polêmica, fortemente carregada de ingredientes emocionais, e que segmenta os posicionamentos individuais em torno, apenas, de duas alternativas únicas. Assim acontece quando temos situações nas quais é preciso que se escolha entre, somente, duas possibilidades de ação diante de uma demanda qualquer ou, então, que se assuma uma posição de julgamento abarcada por pares de opostos qualificativos: verdadeiro/falso, certo/errado, justo/injusto etc. Nessa situação, muitas vezes a fala do orador é projetada para garantir, apenas, a adesão daqueles que estão em sintonia com as suas próprias teses. Afirma Amossy (2020 [2000], p. 73): “em muitas situações, uma parte do público pode apenas ser antagonista e, de antemão, refratária a qualquer argumento vindo do adversário.” Aqui haveria espaço – particularmente em se tratando de discursos de mais ampla repercussão, como aqueles enunciados na esfera política – para se conceber uma terceira dimensão desse auditório, a princípio bipartido, formado por todos aqueles que terão acesso ao

pronunciamento *a posteriori*. Para além dos agentes do Estado, está toda a população sem vínculos diretos com entidades governamentais, constituindo-se em ouvintes potenciais de tais falas. Trata-se de um terceiro elemento receptor, projetado num espaço discursivo indireto – não pertencente ao espaço no qual se configura presentemente a polêmica –, mas que pode ter acesso à fala e ser por ela influenciado.

A outra possibilidade, sinalizada por Amossy em sua análise acerca dos auditórios compósitos, refere-se à situação na qual um orador tem diante de si uma audiência diversificada, sendo-lhe inviável delimitar, nitidamente, os variados pontos de vista alimentados pelo público. A depender das clivagens sociais e/ou simbólicas, discursivamente representadas, a fala do orador deve se adaptar a mais de uma posição possível assumida pelos ouvintes, o que o obriga a modular a mensagem a ser veiculada a partir de variações de olhares e sensibilidades acerca da questão abordada. Aqui, cabe muito bem observar o roteiro que Amossy sugere para o analista do discurso que se dedica à análise argumentativa de um auditório heterogêneo. A primeira dessas sugestões é a de “classificar os grupos de alocutários aos quais o discurso se dirige em função dos três critérios verbais já evocados: designações, pronomes pessoais, evidências compartilhadas.” (Amossy, 2020 [2000], p. 69) A seguir, deve-se “examinar como o discurso hierarquiza os grupos: qual é a importância atribuída a cada um deles, segundo o lugar que ocupam no texto ou segundo a insistência dada aos valores que os distinguem”. (Amossy, 2020 [2000], p. 69). Por fim, é necessário verificar “como as premissas e as evidências compartilhadas que o discurso utiliza para cada grupo se conciliam entre si.” (Amossy, 2020 [2000], p. 69).

Especificamente, no pronunciamento tomado aqui para análise, pode-se perceber que o auditório possui uma natureza homogênea, sendo, diretamente, interpelado por Getúlio Vargas em sua fala, e referido, de maneira franca, pelo vocativo *senhores* e pelos demais índices de alocução apontados anteriormente. Ao instar o seu auditório na direção dos valores morais apregoados, o orador reforça o sentido virtuoso da ação pedagógica e consolida a sua política para a educação. Vargas figura, em sua fala, um auditório em sintonia com seus ideais políticos, afinal é formado por professores e eruditos que integram os quadros da mais importante instituição de ensino secundário do país à época. Os vínculos socioinstitucionais e de saberes eruditos – assinalados, também, pela linguagem formal e pelo tom ceremonioso da ocasião –, sugerem um grupo coerente, cujos objetivos e valores veiculados são compartilhados, igualmente, por todos aqueles que o compõem.

O uso recorrente do pronomes pessoal da primeira pessoa do plural, conforme apontado anteriormente, assinala a relação geral de pertencimento ao grupo interpelado, no qual o próprio orador se inclui. É à comunidade dos envolvidos, direta ou indiretamente, nos processos educacionais que Vargas se refere – àqueles que comemoram a existência secular da instituição pedagógica; que se esforçam “pelo aperfeiçoamento e elevação do nível cultural do país” (Vargas, 1938, p. 103); que podem “reconhecer os elementos de reconstituição da vida nacional” (Vargas, 1938, p. 103); as gerações de educadores que conseguiram “amalgamar, na sociedade colonial, os

fatores dispares e primários da nossa formação" (Vargas, 1938, p. 104); que sofrem os danos de crises conjugadas e têm "o dever de prevenir maiores e mais profundos males" (Vargas, 1938, p. 104); que precisam "reagir em tempo, contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras" (Vargas, 1938, p. 104); que precisam "dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional" (Vargas, 1938, p. 105). "Podemos, agora, trabalhar com decisão e tenacidade sabendo para onde queremos ir e conhecendo os objetivos que nos conduzem." (Vargas, 1938, p. 106).

O emprego do pronome pessoal da segunda pessoa do plural ocorre ao final da fala, nos seus dois últimos parágrafos. Temos, nessa condição, a seguinte passagem:

os meus agradecimentos, como homem e como Chefe de Estado, assumem a significação de um compromisso público, ao qual quiserestes associar-vos, nobre e espontaneamente, reconhecendo, também, a necessidade deste movimento renovador, capaz de fazer da educação e da cultura instrumentos de civilização brasileira. (Vargas, 1938, p. 106)

O auditório diretamente referido pelo orador assume, aqui, a feição daqueles que quiseram se associar ao seu *compromisso público*, bem como reconhecer a necessidade dessa iniciativa de renovação da educação brasileira. E é, igualmente, esse mesmo auditório que é concitado a fazer uso da sua própria palavra "no puro e exemplar sentido do apostolado cívico." (Vargas, 1938, p. 106).

Em paralelo à construção desse auditório homogêneo, a formulação de um elemento opositor no discurso possibilita ao orador um efeito de sentido dicotômico que divide os indivíduos a partir da sintonia ou da contrariedade em relação aos objetivos e valores delineados. Assim, em oposição a *nós* "os apóstolos do civismo", trabalhadores pela educação, partidários da ordem e do progresso, tem-se *eles*, os defensores da *subversão de valores* que devem sofrer combate sem trégua – há que se dar combate "contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas, pelas mais variadas formas, nas inteligências moças" (Vargas, 1938, p. 104-105). *Eles*, ao mesmo tempo padecem de, e fomentam com as suas atitudes, o *desequilíbrio íntimo*, "o fator de natureza espiritual – a desordem no domínio da inteligência." (Vargas, 1938, p. 104).

É com nitidez que se pode identificar esse *eles* como sendo os partidários de um materialismo economicista e socialista:

fala-se, a miúdo, com insistência extremada, em perturbações de ordem econômica, oriundas do desequilíbrio na produção ou repartição das riquezas materiais, como se a vida do homem consistisse na mera satisfação das necessidades físicas. (Vargas, 1938, p. 104).

Vargas, aqui, faz uso da partícula apassivadora no início de sua fala com o intuito de dissolver a instância originadora do contradiscurso, evitando atribuir-lhe nome, forma e aspecto.

Não se nomeia a fonte da fala antagônica: simplesmente alude-se à sua existência impessoal e indefinida. Desenvolvendo seu ponto de vista em resposta a essa tese contrária – assumindo, desse modo, uma clara relação interdiscursiva –, Vargas opera a inversão da perspectiva do materialismo histórico: desordens ao nível do simbólico e do anímico (supraestrutura) acarretam convulsões sociais e econômicas (infraestrutura). A educação e a união dos segmentos sociais em torno de valores morais salutares e integrativos são apontadas como os verdadeiros medicamentos para os males sociais, e não as meras regulações do mercado e socialização dos meios de produção. O orador, desse modo, refuta, contraditoriamente, o seu antagonista, apenas o referenciando por intermédio da contrateste de seu discurso.

Serão delineados, agora, os valores que subjazem à delimitação acima proposta entre o auditório interpelado e o *outro* do discurso, explicitando os seus fundamentos axiológicos. Entre os valores contraditados, pode-se mencionar as noções de caos e convulsões socioeconômicas, as quais, necessariamente, acarretam enormes riscos de desintegração da tessitura social. A seguir, deve-se apontar as desordens no domínio da inteligência, o que Vargas chama de *indiferença moral*, de *intellectualismo ocioso e parasitário* e de *ideias desagregadoras*. Por fim, note-se que ambos se associam, causalmente, como males que afigem a sua época e são frutos da gestão ineficaz da coisa pública por parte dos governos anteriores ao golpe de 1930, bem como da difusão de concepções morbígenas – materialistas/economicistas, liberais e anárquicas.

Quanto aos valores asseverados no pronunciamento e compartilhados, tanto pelo orador quanto por seu auditório, pode-se apontar a ideia de desenvolvimento socioeconômico, o qual é tornado nitidamente dependente do avanço científico, do ensino profissionalizante e da alfabetização. Além disso, note-se a concepção de ordem social, cuja ocorrência é intrinsecamente tributária dos valores morais/espirituais: amor à terra, respeito às tradições e crença inabalável nos grandes destinos do Brasil. Ambos, uma vez reunidos, conduziriam, forçosamente, ao futuro progresso nacional. A fala de Vargas pressupõe, de modo muito perceptível, uma defesa axiomática da máxima positivista de *ordem e progresso* – movimento capitaneado pelo Estado, em torno do qual gravitam, devidamente integradas, as várias dimensões do todo social. Subjaz, pois, ao pronunciamento, uma cosmovisão evolucionista, elitista e autoritária.

Por fim, deve-se notar a função persuasiva que a construção das imagens retóricas dos auditórios cumpre na fala do orador, adornando virtuosamente a imagem na qual o auditório se reconhece e deslocando o *outro* para uma região repulsiva e hostil. A tensão moral e cívica entre, de um lado, o *nós/vós* e, de outro, o *e/les*, possibilita ao auditório se reconhecer em sintonia com os valores morais asseverados e repudiar os princípios que são formulados como calamitosos e detestáveis, estando atribuídos àqueles que se opõem a tudo que é bom e correto e que, dessa forma, demoram-se no erro. Como afirma Ruth Amossy (2020 [2000], p. 78), “trata-se de fazer o alocutário aderir a uma tese ou adotar um comportamento por se identificar a uma imagem de si que lhe é agradável.”

Cabe, pois, ao orador, conscientizar o seu auditório acerca de certas posturas a serem assumidas perante a problemática da educação, sob dois aspectos. Primeiramente, a importância da educação como mecanismo de formação de valores e, por extensão, de solucionamento de problemas de ordem socioeconômica (dissolvendo pontos de vista que se baseiam na ideia oposta, como o marxismo). Em segundo lugar, a correta política educacional do Estado, que deve se basear no atendimento da formação intelectual em todos os níveis necessários, desde a alfabetização até a produção do conhecimento científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um dos mais destacados e habilidosos estadistas que o Brasil já possuiu, Getúlio Vargas foi, possivelmente, o primeiro dirigente estatal a fazer uso, de forma tão intensa e recorrente, da fala pública como instrumento de persuasão e de alcance de setores sociais desprivilegiados, outrora comumente esquecidos pela classe política no poder. A dissolução da Primeira República e os novos rumos sociais trazidos pela urbanização, pela industrialização, pela escolarização e pelos avanços tecnológicos – particularmente, note-se aqui, nos meios de comunicação, graças à difusão radiofônica –, promoveram as massas sociais como forças políticas fundamentais nos regimes democráticos.

Mesmo quando se dirigia a uma audiência elitzada, como no caso do pronunciamento estudado neste artigo, as estratégias de figuração do auditório utilizadas pelo orador visavam a situá-lo, em perspectiva, na interação com as categorias sociopolíticas de sociedade, de nação, de governo e de Estado, esse último sempre soberano. O incitamento que subjaz à argumentação tinha por desígnio nítido sedimentar o regime ditatorial recém-imposto em torno de um princípio maior de nacionalidade e unidade civil, mobilizado em função do alegado progresso sociocultural e econômico do país.

Ao dirigir-se a todo um grupo capital nesse sentido – então representado pelos mestres e seus alunos do Pedro Segundo –, o orador o incita a assumir o projeto de reforço da ordem e de trabalho pelo progresso, construindo, desse modo, posições e relações discursivas que demarcam um quadro geral extremamente favorável à implantação do novo regime. Habilmente, Getúlio Vargas situa, em unissonância, a história e o papel da instituição homenageada – a importância moral e social da ação educacional e civilizatória por ela representada –, e a atuação do seu governo, de modo a criar o espaço simbólico no qual a audiência se figura a partir do cumprimento de sua função de *apostolado cívico*. O programa de tal apostolado se baseia numa perspectiva temporal – descrita nas últimas linhas do pronunciamento – centralizada no presente e na tarefa de infundir, nas novas gerações, o amor à terra; fundamentada no passado e na implantação, nas almas juvenis, do respeito pelas tradições nacionais; e direcionada ao futuro, ao alimentar, nos educandos, a crença *inabalável nos grandes destinos do Brasil*. Na medida em que são

abertamente combatidas as linhas de pensamento que não se atrelam, necessariamente, às estreitas concepções morais propugnadas pelo orador, situa-se o auditório numa função social e intelectual dentro da qual a liberdade de pensamento e de expressão é banida, os valores morais hipostasiados como verdades absolutas e a audiência convertida em mera engrenagem do Estado que, sob o governo varguista, sabe o que fazer – e, clama o pronunciamento, efetivamente o faz – para assegurar os baluartes maiores da vida nacional: a ordem política e civil e o progresso social, econômico e cultural.

Mais que uma oração celebrativa e laudatória da longeva instituição educacional carioca, *Orientação nacional do ensino* é um documento político no qual estão sintetizadas as diretrizes educacionais de um governo autoritário e é, também, um objeto retórico que notabiliza os princípios da argumentação já apontados por Aristóteles, há mais de dois mil e trezentos anos atrás, em sua obra canônica sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso. Coordenação da equipe de tradução:** Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020 [2000].
- ARISTOTLE. **On Rhetoric:** a theory of civic discourse. Tradução e comentários: George Alexander Kennedy. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BARBOSA, D. S. Padroado português: privilégio ou serviço (séc. XIX)? **Didaskalia**, Lisboa, vol. 25, n. 1-2, p. 365-390, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/17811>. Acesso em: 18 out. 2023.
- BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez e latino.** v. 5. Lisboa: Officina de Pascoal da Silva. 1716. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5449>. Acesso em: 3 nov. 2023.
- BURR, V. **Social constructionism.** 2nd ed. Hove: Routledge, 2003.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].
- PINTO, L. M. da S. **Diccionario da lingua brasileira.** Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 23 out. 2023.
- RODRIGUES, R. P. **A educação literária no Colégio de Pedro Segundo (1838-1854).** 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.
- VARGAS, G. Orientação nacional do ensino. In: **A nova política do Brasil. O Estado Novo — 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 101-107.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Ibiraci de Alencar Chagas

Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Possui Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural e Licenciatura em História pela mesma instituição. É integrante do Grupo de Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (ELAD/CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1378803767681315> E-mail: ibiraci.chagas@enova.educacao.ba.gov.br